

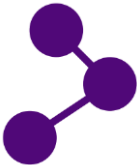
Empresa de Tecnologia do Governo do Estado de São Paulo - Prodesp
Demonstrações financeiras acompanhadas do relatório dos auditores independentes



Sua conexão com o futuro.

Informações trimestrais (ITR) - 2T25

Em 30 de junho de 2025



Índice

Relatório dos auditores independentes	3
Balanço patrimonial	5
Demonstração do resultado	6
Demonstração do resultado abrangente	7
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	8
Demonstração dos fluxos de caixa – método indireto	9
Demonstração do valor adicionado	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras do período findo em 30 de junho de 2025	11

RELATÓRIO DE REVISÃO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

Aos
Acionistas e Conselheiros da
Companhia de Processamento de Dados do Estado de São Paulo - Prodesp
São Paulo - SP

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Companhia de Processamento de Dados do Estado de São Paulo – Prodesp (“Empresa de Tecnologia do Governo do Estado de São Paulo, Prodesp ou Companhia”) referentes ao trimestre findo em 30 de junho de 2025, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2025, e as respectivas demonstrações intermediárias do resultado e do resultado abrangente para o período de três e seis meses findos nessa data, e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo naquela data, incluindo o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com a NBC TG 21 (R4) - Demonstração intermediária e com a Norma Internacional “IAS 34 - *Interim Financial Reporting*”, emitida pelo “*International Accounting Standards Board (IASB)*”. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as Normas Brasileiras e Internacionais de Revisão de Informações Intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - “*Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*”, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias, incluídas nas informações trimestrais acima referidas, não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a NBC TG 21 (R4) e o IAS 34, aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais (ITR).

Ênfase

Transações com partes relacionadas

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 26, a Companhia tem realizado transações com seu acionista controlador, a Fazenda do Estado de São Paulo e com empresas/entidades a ela relacionadas, conforme item 2 da sua política de transações com partes relacionadas, em conformidade com o Inciso VII, artigo 8º, da Lei Federal nº 13.303/16. De acordo com os itens 26.1.e 26.2 da referida nota explicativa, em 30 de junho de 2025, o montante dos saldos a receber pela Prodesp decorrentes de transações com partes relacionadas atingiu o valor de R\$ 507.467 mil (R\$ 531.297 mil em 31 de dezembro de 2024) e dos serviços prestados pela PRODESP, o valor de R\$ 964.341 mil (R\$ 740.600 mil em 30 de junho de 2024). Portanto, as informações financeiras acima referidas devem ser lidas nesse contexto. Nossa conclusão não contém modificação relacionada a esse assunto.

Outros assuntos

Demonstração intermediária do Valor Adicionado (DVA) – informação suplementar

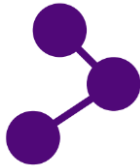
As informações contábeis intermediárias acima referidas incluem a Demonstração do Valor Adicionado (DVA) referente ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2025, elaborada sob a responsabilidade da Administração da Companhia e apresentada como informação suplementar para fins de IAS 34. Essas informações foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais com o objetivo de concluir se ela está conciliada com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 (R1) – “Demonstração do Valor Adicionado”. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essa Demonstração do Valor Adicionado não foi elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa norma e de maneira consistente em relação às informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

São Paulo, 29 de agosto de 2025.

Balanço patrimonial

Em 30 de junho de 2025 e 31 de dezembro de 2024

(Em milhares de reais)



	Nota	30/06/2025	31/12/2024		Nota	30/06/2025	31/12/2024
Ativo				Passivo e patrimônio líquido			
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	366.742	590.592	Fornecedores	13	699.279	550.682
Contas a receber de clientes	6	504.828	460.633	Arrendamentos	14	21.030	21.671
Valores a receber convênios	7	82.181	58.622	Valores a pagar convênios	7	286.037	381.125
Tributos a recuperar	8	182.492	125.940	Salários e encargos sociais	15	87.184	84.281
Despesas antecipadas	9	234.084	241.663	Obrigações fiscais	16	77.931	67.796
Outros ativos circulantes		17.883	10.726	Juros sobre o capital próprio	18.3	-	24.049
		1.388.210	1.488.176	Outros passivos circulantes		37.645	20.440
						1.209.106	1.150.044
Ativos não circulantes mantidos para venda				Não circulante			
	10	9.854	9.854	Fornecedores	13	2.120	4.044
		1.398.064	1.498.030	Arrendamentos	14	13.200	19.062
Não circulante				Provisão para contingências	17	48.053	41.139
Realizável a longo prazo						63.373	64.245
Despesas antecipadas	9	10.542	29.516	Patrimônio líquido			
Depósitos para recursos		7.422	7.732	Capital social	18.1	744.841	744.841
Tributos diferidos	24.2	11.707	24.987	Reserva de lucros	18.2	124.046	124.046
Tributos a recuperar	8	19.113	13.442	Lucros acumulados		2.537	-
Investimentos		900	900			871.424	868.887
Imobilizado	11	177.165	205.156				
Intangível	12	518.990	303.413				
		745.839	585.146				
Total do ativo				Total do passivo e patrimônio líquido			
		2.143.903	2.083.176			2.143.903	2.083.176

Demonstração do resultado

Períodos de três e seis meses findos em 30 de junho de 2025 e 2024
(Em milhares de reais, exceto lucro (prejuízo) por ações expresso em reais)

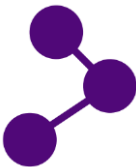


	Nota	Trimestre findo em 30 de junho		Semestre findo em 30 de junho	
		2025	2024	2025	2024
Receita operacional líquida	19	656.729	506.667	1.235.891	975.241
Custo dos serviços prestados	20	(531.626)	(502.131)	(1.089.054)	(1.037.914)
Lucro (prejuízo) bruto		125.103	4.536	146.837	(62.673)
Despesas com vendas, gerais e administrativas	21	(61.764)	(54.462)	(123.916)	(106.229)
Resultado com baixa de ativos imobilizado e intangível		(9)	(17)	(9)	(367)
Outras receitas operacionais, líquidas	22	(32.488)	36.988	(18.227)	62.211
Despesas operacionais		(94.261)	(17.491)	(142.152)	(44.385)
Lucro (prejuízo) operacional antes do resultado financeiro		30.842	(12.955)	4.685	(107.058)
Resultado financeiro					
Receitas financeiras	23	3.907	5.848	9.214	17.838
Despesas financeiras	23	(2.623)	(553)	(5.819)	(745)
		1.284	5.295	3.395	17.093
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social		32.126	(7.660)	8.080	(89.965)
Imposto de renda e contribuição social corrente e diferidos	24.1	(16.915)	1.993	(5.543)	29.435
Lucro líquido (prejuízo) do período		15.211	(5.667)	2.537	(60.530)
Lucro líquido (prejuízo) por lote de mil de ações	25	1,22	(0,46)	0,20	(4,86)

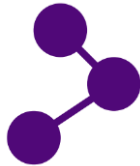
Demonstração do resultado abrangente

Períodos de três e seis meses findos em 30 de junho de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)



	Trimestre findo em 30 de junho		Semestre findo em 30 de junho	
	2025	2024	2025	2024
Lucro líquido (prejuízo) do período	15.211	(5.667)	2.537	(60.530)
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
Total do resultado abrangente do período	15.211	(5.667)	2.537	(60.530)



	Nota	Capital social	Reserva de lucros		Ações em tesouraria	Lucros (prejuízos) acumulados	Total
			Reserva legal	Reserva de lucros			
Saldos em 31 de dezembro de 2023		668.232	10.721	112.727	(2)	-	791.678
Aumento de capital social	18.1	76.609	-	(76.609)	-	-	-
Prejuízo do período	18	-	-	-	-	(60.530)	(60.530)
Saldos em 30 de junho de 2024		744.841	10.721	36.118	(2)	(60.530)	731.148
Saldos em 31 de dezembro de 2024		744.841	15.784	108.264	(2)	-	868.887
Lucro líquido do período	18	-	-	-	-	2.537	2.537
Saldos em 30 de junho de 2025		744.841	15.784	108.264	(2)	2.537	871.424

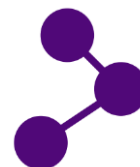


		Semestre findo em 30 de junho	
	Nota	2025	2024
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social		8.080	(89.965)
Ajustes para reconciliar o lucro do período ao caixa líquido gerado pelas atividades operacionais			
Depreciação e amortização	11 e 12	87.040	60.918
Constituição/(reversão) de perda de crédito esperada, líquida	21	8.590	(64.898)
Baixa de ativos imobilizado e intangível	11 e 12	13.456	1.090
Provisão para contingências		6.914	1.507
Juros sobre arrendamento		2.319	-
Outros		-	351
		126.399	(90.997)
Variações nos ativos e passivos operacionais			
Contas a receber de clientes		(52.785)	150.292
Valores a receber convênios		(15.822)	38.498
Tributos a recuperar		(62.223)	(26.847)
Despesas antecipadas		26.552	68.921
Depósito para recursos		309	495
Outros ativos		(7.156)	(11.193)
Fornecedores		146.673	(72.203)
Valores a pagar convênios		(95.088)	(9.208)
Salários e encargos sociais		2.904	5.906
Obrigações fiscais		10.136	(5.512)
Outros passivos		17.205	(146)
Juros sobre arrendamento		(1.069)	-
Imposto de renda e contribuição social pagos		-	(7.908)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		96.035	40.098
Fluxo de caixa das atividades de investimentos			
Aquisições de imobilizado	11	(7.879)	(17.964)
Aquisições de intangível	12	(280.203)	(24.004)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		(288.082)	(41.968)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Pagamento do principal de arrendamento		(7.754)	-
Juros sobre capital próprio pago		(24.049)	(27.794)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		(31.803)	(27.794)
Redução de caixa e equivalentes de caixa no período		(223.850)	(29.664)
Saldos de caixa e equivalentes de caixa:			
No início do período	5	590.592	549.004
No final do período	5	366.742	519.340
Redução de caixa e equivalentes de caixa no período		(223.850)	(29.664)

Demonstração do valor adicionado

Períodos findos em 30 de junho de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)



	Semestre findo em 30 de junho	
	2025	2024
Receitas	1.385.279	1.163.352
Receita com serviços prestados, líquida de abatimentos	1.393.869	1.098.454
Perda de crédito esperada	(8.590)	64.898
Insumos adquiridos de terceiros	(829.254)	(811.069)
Custo dos serviços prestados	(796.383)	(786.831)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(20.328)	(18.501)
Outros	(12.543)	(5.737)
Valor adicionado bruto	556.025	352.283
Depreciação e amortização	(84.248)	(55.909)
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia	471.777	296.374
Valor adicionado recebido em transferência	12.457	22.878
Receitas financeiras	9.214	17.838
Outras receitas	3.243	5.040
Valor adicionado total a distribuir	484.234	319.252
Distribuição do valor adicionado	(484.234)	(319.252)
Pessoal	(264.622)	(237.989)
Remuneração direta	(204.820)	(177.922)
Benefícios	(45.788)	(45.852)
Encargos	(14.014)	(14.215)
Impostos, taxas e contribuições	(211.254)	(141.729)
Federais	(182.301)	(118.056)
Municipais	(28.953)	(23.673)
Remuneração de capital de terceiros	(5.821)	(64)
Juros	(2.383)	(64)
Outros	(3.438)	-
Remuneração de capitais próprios	(2.537)	60.530
Lucros retidos no período	(2.537)	60.530



1. Contexto operacional

A Companhia de Processamento de Dados do Estado de São Paulo - Prodesp ("Empresa de Tecnologia do Governo do Estado de São Paulo" ou "Prodesp" ou "Companhia") é a empresa pública de tecnologia da informação e comunicação do Estado de São Paulo, fundada em 1969, com sede em Taboão da Serra e filiais em outras cidades. A Companhia é controlada pela Fazenda do Estado de São Paulo e segue a legislação aplicável às empresas estatais, em especial a Lei 13.303/2016 ("Lei das Estatais").

Com um papel central na modernização da administração pública, a Prodesp lidera a transformação digital do Estado de São Paulo, fornecendo soluções tecnológicas inovadoras que viabilizam a digitalização de serviços e aprimoram a eficiência da gestão pública. A Companhia atua no desenvolvimento de sistemas, gestão de operações de TI, terceirização de processos de negócios, segurança da informação, cibersegurança, hiperautomação, certificação digital e consultoria especializada.

Em 2025, a Companhia elevou seu ativo intangível ao capitalizar investimentos em desenvolvimento de software e adquirir licenças tecnológicas, alinhando-se à estratégia de modernização. Esse incremento resultou da aplicação dos critérios de reconhecimento de intangível a projetos de hiperautomação, cibersegurança, plataformas digitais e soluções SaaS, uma vez que esses serviços de TI atendem aos critérios de reconhecimento do ativo intangível conforme o CPC 04.

Em 2025, o Poupatempo mantinha 245 unidades em operação no Estado de São Paulo, refletindo estabilidade na capilaridade do atendimento ao cidadão. No segundo trimestre, prosseguiu a modernização do aplicativo móvel, com aprimoramentos nas funcionalidades de agendamento online e de consulta de serviços, ampliando a digitalização e a eficiência do atendimento.

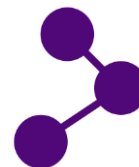
2. Políticas contábeis

As informações trimestrais de 30 de junho de 2025 foram preparadas tomando-se por base as disposições da Norma Brasileira de Contabilidade – NBC TG 21 (R4) – Demonstrações Intermediárias e estão em conformidade com a norma internacional de contabilidade – IAS 34 – *Interim Financial Reporting* emitida pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*. As informações trimestrais contemplam os requisitos mínimos de divulgação, bem como outras informações consideradas relevantes, portanto, não incorporam todas as notas e divulgações exigidas pelas normas das demonstrações financeiras anuais.

As informações trimestrais foram preparadas com base no custo histórico, exceto nas situações mencionadas nas práticas contábeis a seguir, são apresentadas em milhares de reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia, e estão apresentadas de forma comparativa em relação ao exercício anterior.

2.1. Reconhecimento das receitas de contratos com clientes

A Prodesp reconhece suas receitas de serviços seguindo o modelo de cinco passos do CPC 47, que compreende identificação do contrato, determinação das obrigações de desempenho, definição do preço da transação (líquido de impostos), alocação do preço a cada obrigação e reconhecimento da receita quando cada obrigação de desempenho é satisfeita. As receitas são registradas na conta "Contas a receber de clientes" pelo valor líquido de quaisquer estimativas de abatimentos, descontos e glosas.



As receitas são faturadas separadamente e reconhecidas ao longo do tempo à medida que os serviços são executados pela Prodesp ou consumidos pelos seus clientes. Os consumos são atestados por meio de medições mensais, e após o aceite são faturados ao cliente.

Os principais serviços oferecidos pela Prodesp são:

- **Segurança da Informação:** soluções que proporcionam um controle abrangente sobre os acessos privilegiados, acompanhado da capacidade de identificar e mitigar ameaças em tempo real, independente do sistema operacional ou da infraestrutura de nuvem em utilização;
- **Plataforma de Hiperautomação:** solução que otimiza os processos de negócios, eliminando tarefas repetitivas e automatizando as tarefas manuais, com tecnologias como automação de processos robóticos ("RPA"), plataformas de baixo código ("low-code"), inteligência artificial ("IA") e assistentes virtuais;
- **Prodesp Shield:** conjunto integrado de tecnologias avançadas, organizadas em camadas proporcionando uma proteção abrangente e completa contra ameaças cibernéticas;
- **Prodesp Cidades:** soluções, produtos e serviços tecnológicos que atuam na ampliação dos serviços à população, melhoria da gestão pública e na qualidade de vida das pessoas, permitindo que os municípios possam, considerando seu nível de maturidade em tecnologia, iniciar, ampliar ou potencializar o uso de Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) como elemento de gestão e operação de cidades;
- **Multicloud:** fornecimento de poder computacional (CPU, memória e sistema operacional, armazenamento e retenção de dados, em alta ou baixa plataforma) que mescla soluções próprias do Data Center Prodesp e soluções de mercado;
- **Soluções Prodesp:** desenvolvimento sob demanda de soluções tecnológicas; e
- **Outsourcing TIC:** prestação de serviços de atendimento e suporte técnico de TI.

2.2. Tributos

Imposto de renda e contribuição social - correntes

Os ativos e passivos de tributos correntes referente aos exercícios corrente e anterior são mensurados pelo valor esperado a ser recuperado ou pago às autoridades tributárias. A Prodesp tributa seus lucros pelo regime do Lucro Real Anual.

Imposto de renda e contribuição social - diferidos

O tributo diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. A Companhia reconhece passivos fiscais diferidos para todas as diferenças temporárias e ativos fiscais diferidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados.



O valor contábil dos ativos fiscais diferidos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todos ou parte do ativo fiscal diferido venha a ser utilizado. Ativos fiscais baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos fiscais diferidos sejam recuperados.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados à taxa de impostos que é esperada de ser aplicável ao ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas alíquotas tributárias definidas pelas legislações tributárias vigentes na data do balanço. As alíquotas nominais praticadas são de 25% para o imposto de renda de 9% para a contribuição social.

Os tributos diferidos são reconhecidos de acordo com a transação que o originou, no resultado abrangente ou diretamente no patrimônio líquido.

A Prodesp contabiliza os ativos e passivos fiscais correntes de forma líquida se, e somente se, possuir o direito legalmente executável de fazer ou receber um único pagamento líquido e se pretender fazer ou receber esse pagamento líquido ou recuperar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. A contabilização dos ativos e passivos fiscais diferidos líquidos, por sua vez, é efetuada pela Companhia se, e somente se, a Prodesp tem o direito legalmente executável de compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e se os ativos fiscais diferidos e os passivos fiscais diferidos estão relacionados com tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade tributária.

Tributos sobre vendas

As despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos tributos sobre vendas, exceto:

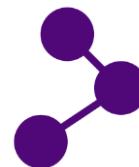
- Quando os tributos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não são recuperáveis junto às autoridades fiscais, hipótese em que o tributo sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item despesa, conforme o caso;
- Quando os valores a receber e a pagar são apresentados junto com o valor dos tributos sobre vendas; e
- Quando o valor líquido dos tributos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.

2.3. Despesas antecipadas

A Prodesp classifica como despesas antecipadas a aplicação de recursos em despesas que irão incorrer em períodos subsequentes.

Software as a Service (“SaaS”)

As aquisições de softwares e soluções em tecnologia da informação na forma de serviços (SaaS) podem ser classificadas como ativo intangível ou como despesas antecipadas, dependendo das características do contrato.



Nos casos em que não se atende os requisitos do CPC 04 - Ativo intangível, os valores são registrados como despesas antecipadas e apropriados à demonstração do resultado de forma sistemática e linear pelo prazo de vigência dos contratos. Esses contratos possuem prazos entre 12 e 24 meses, sendo que as parcelas amortizáveis em até 12 meses são classificadas no ativo circulante e as demais no ativo não circulante.

2.4. Ativos não circulantes mantidos para venda

A Companhia classifica um ativo não circulante como mantido para venda quando o seu valor contábil será recuperado, principalmente, por meio da transação de venda em vez do uso contínuo. Esses ativos não circulantes mantidos para venda são mensurados pelo menor valor entre o seu valor contábil e o valor justo líquido das despesas de venda. As despesas de venda são representadas pelas despesas incrementais diretamente atribuíveis à venda, excluídas as financeiras e os tributos sobre o lucro.

Os critérios de classificação de ativos não circulantes mantidos para venda são atendidos quando a venda é altamente provável e o ativo ou grupo de ativos mantido para venda está disponível para venda imediata em suas condições atuais, sujeito apenas aos termos que sejam habituais e costumeiros para venda. O nível hierárquico de gestão apropriado da Companhia deve estar comprometido com o plano de venda do ativo, tendo sido iniciado um programa firme para localizar um comprador e conclusão do plano em até um ano a partir da data de classificação.

O ativo imobilizado e o ativo intangível não são depreciados ou amortizados quando classificados como mantidos para venda. Ativos e passivos classificados como mantidos para venda são apresentados separadamente como itens circulantes no balanço patrimonial.

Divulgações adicionais são apresentadas na Nota 10. Todas as demais notas às demonstrações financeiras incluem valores para operações em continuidade, exceto quando mencionado de outra forma.

2.5. Distribuição de lucros

A distribuição de lucros é no mínimo de 25% do lucro auferido no exercício após destinações previstas no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações. Essas distribuições são priorizadas na forma de juros sobre capital próprio até os limites legais previstos e devem ser ratificadas na Assembleia Geral dos Acionistas.

A Companhia reconhece um passivo para pagamento de distribuição de lucros aos acionistas quando essa distribuição é autorizada e deixa de ser uma opção da empresa, quando prevista em sua política de distribuição de lucros ou ainda quando previsto em Lei. Conforme a legislação societária vigente, uma distribuição é autorizada quando aprovada pelos acionistas e o montante correspondente é diretamente reconhecido no patrimônio líquido.



2.6. Imobilizado

Os ativos imobilizados são demonstrados ao custo de aquisição, líquido de tributos recuperáveis, depreciação acumulada e perdas acumuladas por perda por redução ao valor recuperável, se houver. Esse custo inclui o custo de reposição do ativo imobilizado e custos de financiamentos para projetos de construção de longo prazo se os critérios de reconhecimento forem atendidos. Quando partes significativas do ativo imobilizado precisarem ser substituídas em intervalos, a Prodesp as deprecia separadamente com base em sua vida útil específica. Da mesma forma, quando for realizada uma inspeção de grande porte, seu custo é reconhecido no valor contábil do ativo imobilizado como substituição, se os critérios de reconhecimento forem atendidos. Todos os demais custos de reparo e manutenção são reconhecidos no resultado, quando incorridos. O valor presente do custo esperado para descontinuação de um ativo após seu uso é incluído no custo do respectivo ativo se forem atendidos os critérios de reconhecimento para uma provisão.

A depreciação é calculada com base no método linear ao longo da vida útil estimada dos ativos, conforme a seguir apresentado:

- Edifícios: 25 anos;
- Benfeitorias: 20 anos;
- Móveis e utensílios: 10 anos;
- Máquinas e equipamentos: 5 anos; e
- Veículos: 5 anos.

Um item de imobilizado é baixado quando alienado, por exemplo, na data que o comprador obtém controle, ou quando nenhum benefício econômico futuro é esperado decorrente do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

O valor residual, a vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício e ajustados de forma prospectiva quando for o caso.

2.7. Intangível

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo de aquisição menos tributos recuperáveis no momento do seu reconhecimento inicial, e após são apresentados ao custo menos tributos recuperáveis, amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável.

A Prodesp registra ativos intangíveis apenas quando o ativo é identificável, quando o controla, quando o custo pode ser mensurado com confiabilidade e quando há evidências de que o ativo seja capaz de gerar benefícios econômicos futuros por meio da sua utilização ou emprego nas atividades da Companhia.

A Companhia cessa a capitalização de gastos com intangível a partir do momento que o ativo se encontra nas condições operacionais pretendidas pela Administração. Os gastos subsequentes ao fim da capitalização do ativo são reconhecidos na demonstração do resultado quando incorridos.



A vida útil de ativo intangível é avaliada como definida ou indefinida. Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil-econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo no fim de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida útil definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível.

A Prodesp não possui ativos qualificados como intangíveis com vida útil indefinida.

Um ativo intangível é baixado quando da sua alienação, ou seja, a data em que o beneficiário obtém o controle do ativo relacionado, ou quando não são esperados benefícios econômicos futuros a partir de sua utilização ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) é reconhecido na demonstração do resultado.

Custos de pesquisa e desenvolvimento

Os gastos com pesquisas são registrados como despesas, quando incorridos, e os gastos com desenvolvimento vinculados a inovações tecnológicas dos produtos existentes são capitalizados, quando atendidos todos os aspectos a seguir enumerados:

- Pode ser demonstrada a viabilidade técnica para concluir o ativo de forma que ele seja disponibilizado para uso ou venda;
- Há a intenção e capacidade da Companhia de concluir o ativo intangível e de usá-lo ou vendê-lo;
- Pode ser demonstrada a forma pela qual o ativo intangível gerará benefícios econômicos futuros;
- A Prodesp possui recursos técnicos, financeiros e outros recursos adequados para concluir seu desenvolvimento e usar ou vender o ativo intangível; e
- A Companhia possui a capacidade de mensurar com confiabilidade os gastos atribuíveis ao ativo intangível durante seu desenvolvimento.

Software

A Prodesp classifica como *software* as aquisições de licenças de programas de computador e de sistemas de gestão empresarial. Os gastos associados à manutenção são reconhecidos na demonstração do resultado quando incorridos.



2.8. Arrendamentos

Em 2024, a Companhia firmou contrato de arrendamento financeiro relacionado à aquisição de equipamentos de tecnologia para modernização do Data Center, conforme detalhado na Nota 11 - Imobilizado. Este contrato possui prazo de vencimento até dezembro de 2026 e foi negociado com taxa de CDI+1,09% a.a.

Os ativos e passivos provenientes do arrendamento são inicialmente mensurados ao valor presente. Os passivos de arrendamento incluem o valor presente líquido dos pagamentos fixos do contrato, descontados utilizando a taxa de juros implícita no arrendamento, que neste caso corresponde à taxa contratual de CDI+1,09% a.a.

- Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, incluindo:
- O valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento;
- Quaisquer pagamentos de arrendamentos feitos na data inicial ou antes dela; e
- Quaisquer custos diretos iniciais.

Os ativos adquiridos por meio de arrendamento que apresentam características de aquisição são contabilizados conforme o CPC 27 - Ativo Imobilizado. Nesse caso, o ativo é depreciado ao longo de sua vida útil estimada, independentemente do prazo do arrendamento, considerando que a Companhia terá a propriedade do bem ao final do contrato.

A Companhia optou por não separar componentes relacionados e não relacionados ao arrendamento e, em vez disso, contabiliza tais componentes como um único componente de arrendamento.

Os pagamentos de arrendamentos são alocados entre o principal e as despesas financeiras de forma a produzir uma taxa periódica mensal, constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo.

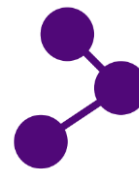
2.9. Instrumentos financeiros

Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro de uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial de outra entidade.

Ativos financeiros

• Reconhecimento inicial

Ativos financeiros são mensurados, no reconhecimento inicial, ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado.



A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios da Prodesp para a gestão desses ativos financeiros. A Companhia inicialmente mensura um ativo financeiro ao valor justo. No caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado, exceto as contas a receber de clientes que não contenham um componente de financiamento significativo, são acrescidos os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de um ativo financeiro.

Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam “exclusivamente pagamentos de principal e de juros” sobre o valor do principal em aberto. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos de principal e de juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado, independentemente do modelo de negócio adotado.

• Mensuração subsequente

Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em quatro categorias:

- o Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida);
- o Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes com reclassificação de ganhos e perdas acumulados (instrumentos de dívida);
- o Ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, sem reclassificação de ganhos e perdas acumulados no momento de seu desreconhecimento (instrumentos patrimoniais); e
- o Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida)

Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

Os ativos financeiros da Prodesp ao custo amortizado incluem apenas as contas a receber de clientes.

Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (instrumentos de dívida)

Para os instrumentos de dívida ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, a receita de juros, a reavaliação cambial e as perdas ou reversões de redução ao valor recuperável são reconhecidas na demonstração do resultado e calculadas da mesma maneira que os ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado. As alterações restantes no valor justo são reconhecidas em outros resultados abrangentes. No momento do desreconhecimento, a mudança acumulada do valor justo reconhecida em outros resultados abrangentes é reclassificada para resultado.

A Prodesp não possui ativos qualificados como instrumentos de dívida.



Ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (instrumentos patrimoniais)

No reconhecimento inicial, a Companhia pode optar, em caráter irrevogável, pela classificação de seus instrumentos patrimoniais designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes quando atenderem à definição de patrimônio líquido nos termos do CPC 39 - Instrumentos Financeiros: Apresentação e não forem mantidos para negociação. A classificação é determinada considerando-se cada instrumento especificamente. Ganhos e perdas sobre esses ativos financeiros nunca são reclassificados para resultado.

A Prodesp não possui ativos qualificados nesta categoria.

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo, com as variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado.

A Prodesp não possui ativos qualificados nesta categoria.

• Desreconhecimento

Um ativo financeiro ou, quando aplicável, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes é desreconhecido quando:

- o Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiraram;
- o A Prodesp transferiu seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso significativo a um terceiro nos termos de um contrato de repasse e: (i) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (ii) a Companhia nem transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferiu o controle do ativo;
- o Quando a Companhia transfere seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou celebra um acordo de repasse, ele avalia se, e em que medida, reteve os riscos e benefícios da propriedade. Quando não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, nem transferiu o controle do ativo, a Companhia continua a reconhecer o ativo transferido na medida de seu envolvimento continuado. Nesse caso, a Prodesp também reconhece um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados em uma base que reflita os direitos e as obrigações retidos pela Prodesp; e
- o O envolvimento contínuo sob a forma de garantia sobre o ativo transferido é mensurado pelo menor valor entre: (i) o valor do ativo; e (ii) o valor máximo da contraprestação recebida que a entidade pode ser obrigada a restituir (valor da garantia).



• Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

A Prodesp reconhece a perda de crédito esperada para todos os instrumentos de dívida não detidos pelo valor justo por meio do resultado. As perdas de crédito esperadas baseiam-se na diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos de acordo com o contrato e todos os fluxos de caixa que a Prodesp espera receber.

Para contas a receber de clientes, a Prodesp aplica uma abordagem simplificada no cálculo da perda de crédito esperada. Portanto, não acompanha as alterações no risco de crédito, mas reconhece a perda de crédito esperada em cada data-base.

A Prodesp considera um ativo financeiro em situação de inadimplemento quando os pagamentos contratuais estão vencidos há 365 dias. No entanto, em certos casos, a Companhia também pode considerar que um ativo financeiro está em inadimplemento quando informações internas ou externas indicam ser improvável a Prodesp receber integralmente os valores contratuais em aberto. Um ativo financeiro é baixado quando não há expectativa razoável de recuperação dos fluxos de caixa contratuais.

Passivos financeiros

• Reconhecimento inicial, mensuração e apresentação

Os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo. Os passivos financeiros da Prodesp incluem fornecedores, arrendamentos e juros sobre capital próprio a pagar. Para fins de mensuração subsequente, os passivos financeiros são classificados ao custo amortizado.

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado.

Os ativos financeiros e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial individual se houver um direito legal atualmente aplicável de compensação dos valores reconhecidos e se houver a intenção de liquidar em bases líquidas, realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente.

2.10. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A Prodesp revisa anualmente o valor recuperável dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.



A perda por desvalorização do ativo é reconhecida no resultado de forma consistente com a função do ativo sujeito à perda.

Para ativos com vida útil indefinida é efetuada uma avaliação em cada data de reporte para determinar se existe um indicativo de que as perdas por redução ao valor recuperável reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuíram. Se tal indicativo existir, a Prodesp estima o valor recuperável do ativo ou da unidade geradora de caixa. Uma perda por redução ao valor recuperável de um ativo previamente reconhecida é revertida apenas se tiver havido mudança nas estimativas utilizadas para determinar o valor recuperável do ativo desde a última perda por desvalorização que foi reconhecida. A reversão é limitada para que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido determinado (líquido de depreciação, amortização ou exaustão), caso nenhuma perda por desvalorização tivesse sido reconhecida para o ativo em anos anteriores. Essa reversão é reconhecida no resultado.

2.11. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem saldos em contas correntes bancárias e depósitos a curto prazo com alta liquidez e vencimento de três meses ou menos, a contar da data de contratação e sujeitos a risco insignificante de mudança de valor. Esses saldos são mantidos com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins.

2.12. Provisões

Provisões são reconhecidas quando existe uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado. É provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação, e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Prodesp espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

Se o efeito do valor temporal do dinheiro for significativo, as provisões são descontadas utilizando uma taxa corrente antes dos tributos que refletem os riscos específicos ao passivo, quando adequado. Quando for adotado desconto, o aumento na provisão devido à passagem do tempo é reconhecido como custo de financiamento.

Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita.

As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.



3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

A preparação das informações financeiras requer que a administração faça julgamentos, estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, e as respectivas divulgações. As estimativas e premissas contábeis são continuamente revisadas pela Administração. Os julgamentos, estimativas e premissas com efeitos mais significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras e que têm um risco significativo de causar um ajuste material nos valores contábeis dos ativos e passivos no próximo exercício social, estão descritas a seguir.

A Prodesp baseou suas premissas e estimativas em parâmetros disponíveis quando as demonstrações financeiras individuais foram preparadas. No entanto, as circunstâncias existentes e as premissas sobre desenvolvimentos futuros podem mudar devido a alterações de mercado ou circunstâncias que estão além do controle da Companhia. Tais mudanças são refletidas nas premissas quando ocorrem.

No processo de aplicação das políticas contábeis, a Administração fez os seguintes julgamentos que podem ter efeito significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras individual:

3.1. Ativos mantidos para venda

Em 17 de novembro de 2023, o Conselho de Administração aprovou a decisão de alienar os imóveis da antiga unidade Mooca, assim, o referido ativo foi reclassificado para o grupo mantido para venda. A Administração considerou que o ativo satisfaz os critérios para ser classificado como mantido para venda pelos seguintes motivos:

- o Está disponível para venda imediata; e
- o O Conselho de Administração aprovou a venda em 17 de novembro de 2023; e
- o Potenciais compradores estão avaliando o imóvel.

3.2. Perda de crédito esperada para contas a receber

Para contas a receber de clientes, a Prodesp aplica o cálculo das perda de crédito esperada considerando os valores vencidos há 365 dias e, em certos casos, realiza uma análise detalhada quando informações internas ou externas indicam ser improvável a recuperação destes créditos pela Prodesp.

3.3. Tributos diferidos

A Prodesp realiza julgamentos para determinar o reconhecimento e o valor dos tributos diferidos nas demonstrações financeiras. Os ativos fiscais diferidos são reconhecidos se for provável a existência de lucros tributáveis futuros.

A movimentação do imposto de renda e contribuição social diferidos sobre diferenças temporárias está apresentada na Nota 24.2.



3.4. Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

Provisões são constituídas para os processos judiciais de naturezas cível e trabalhista que apresentem riscos de perdas considerados como prováveis. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados internos.

4. Gestão de risco financeiro

A Prodesp está exposta a riscos de mercado, crédito e liquidez, sendo sua gestão supervisionada pela Administração. Para isso, conta com uma estrutura de governança financeira adequada. A Companhia adota iniciativas para que suas atividades envolvendo riscos financeiros sejam conduzidas conforme políticas e procedimentos estabelecidos, garantindo sua identificação, avaliação e gerenciamento alinhados às diretrizes e ao perfil de risco da empresa. O Conselho de Administração revisa e define as políticas para a gestão de cada um desses riscos, conforme resumo a seguir, com base nas demonstrações financeiras, que apresentam baixa exposição.

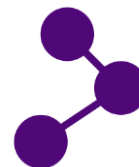
• Risco de mercado

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado englobam três tipos de risco: risco de taxa de juros, risco de câmbio e risco de preço. Instrumentos financeiros afetados pelo risco de mercado incluem equivalentes de caixa e outros ativos financeiros.

A Prodesp está sujeita a riscos de mercado relacionados a fatores macroeconômicos, incluindo inflação, variação de índices de preços e restrições orçamentárias do setor público. Embora a Companhia não esteja exposta a volatilidade de preços em contratos de longo prazo, os reajustes contratuais seguem, em sua maioria, indicadores inflacionários, garantindo previsibilidade nos custos. Adicionalmente, eventuais contingenciamentos e revisões orçamentárias do Estado podem impactar a demanda por serviços e o ritmo de execução de projetos, exigindo uma gestão eficiente dos contratos e da capacidade operacional.

• Risco de câmbio

O risco de câmbio é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de câmbio. A exposição da Companhia ao risco de variações nas taxas de câmbio refere-se principalmente às atividades operacionais da Companhia (quando despesas são denominadas em uma moeda diferente da moeda funcional da Companhia).



A Companhia não possui exposição relevante ao risco cambial, pois suas receitas são integralmente denominadas em reais e não há clientes com faturamento em moeda estrangeira. Em relação às aquisições de bens e serviços precificados em dólar ou outras moedas, a Prodesp adota a estratégia de conversão imediata no momento da emissão do pedido de compra, evitando oscilações cambiais entre a contratação e o pagamento. Dessa forma, a exposição ao risco de câmbio é pontual e mitigada no momento da negociação com fornecedores.

• Risco de crédito

O risco de crédito refere-se à possibilidade de uma contraparte não cumprir suas obrigações em um instrumento financeiro ou contrato comercial, resultando em perdas para a Companhia. A Prodesp está exposta a esse risco em suas atividades operacionais, principalmente no que se refere às contas a receber e ativos de contrato, bem como em caixa e equivalentes de caixa.

Contas a receber e ativos de contrato

A Prodesp presta serviços para entidades do Governo do Estado de São Paulo, com parte significativa da carteira de clientes composta por partes relacionadas. Apesar de a Companhia possuir processos estruturados de cobrança e monitoramento de recebíveis, os prazos de pagamento podem variar conforme a dinâmica orçamentária e financeira dos clientes. Não há histórico significativo de inadimplência, pois os valores são integralmente recebidos, ainda que, em alguns casos, com prazos dilatados.

A Companhia realiza periodicamente uma análise de redução ao valor recuperável dos seus recebíveis, considerando probabilidades de perda e informações razoáveis e suportáveis disponíveis na data de encerramento do exercício. Esse cálculo leva em conta eventos passados, condições atuais e previsões econômicas futuras, garantindo que eventuais riscos sejam monitorados e mitigados adequadamente.

Adicionalmente, a Prodesp não mantém ativos recebíveis garantidos por terceiros, reforçando a necessidade de uma gestão eficiente do risco de crédito.

• Risco de liquidez

O risco de liquidez refere-se à possibilidade de a Companhia não dispor de recursos suficientes para cumprir suas obrigações financeiras no vencimento. A Prodesp monitora esse risco por meio de ferramentas de planejamento de liquidez, considerando a previsão de fluxos de caixa e a necessidade de capital de giro para suas operações.

Embora a Companhia não possua financiamentos tradicionais, eventuais desafios de liquidez podem surgir devido ao descasamento entre a prestação de serviços e o recebimento dos clientes, majoritariamente entidades do Governo do Estado de São Paulo. Como os projetos contratados frequentemente demandam a aquisição de software e a contratação de serviços de terceiros antes da efetivação do pagamento pelos clientes é necessária a gestão do fluxo de caixa para evitar impactos operacionais.



A Prodesp busca manter um equilíbrio adequado entre a execução dos serviços e a gestão de seus compromissos financeiros. Adicionalmente, a Companhia não possui exposições relevantes a instrumentos financeiros de crédito ou dívida, exceto por contratos de arrendamento operacional, cujos desembolsos são planejados dentro da estrutura orçamentária vigente.

Concentração de risco

A estrutura de clientes da Prodesp é composta essencialmente por órgãos públicos estaduais, o que pode representar um fator de concentração de risco. No entanto, a ausência de inadimplência histórica e a previsibilidade dos recebimentos mitigam esse efeito.

Com relação a fornecedores, a Companhia adota políticas de compras estruturadas, distribuindo contratações entre diferentes prestadores de serviço para evitar dependência excessiva de um único parceiro comercial.

A Administração monitora continuamente sua posição de liquidez e adota medidas para garantir a sustentabilidade financeira da Companhia, considerando o perfil de seus recebíveis e compromissos.

5. Caixa e equivalentes de caixa

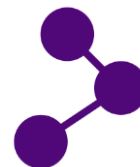
	30/06/2025	31/12/2024
Caixa	12	12
Depósitos bancários	1.011	266
Aplicação financeira	365.719	590.314
	366.742	590.592
Poupatempo (Nota 7.1)	(203.856)	(128.638)
Bolsa do Povo (Nota 7.2)	-	(193.865)
Prodesp	162.886	268.089

Os saldos das aplicações financeiras contemplam aplicações e rendimentos financeiros em fundos de investimento de curto prazo de liquidez imediata e de baixo risco, auferidos e reconhecidos *pro rata die* até a data do balanço, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

A Prodesp, na qualidade de executora do programa Poupatempo, mantém contas patrimoniais e bancárias dedicadas exclusivamente para o recebimento de recursos do Governo do Estado de São Paulo e liquidações de obrigações destinados à manutenção e funcionamento dos programas, não incorrendo em acréscimos ou decréscimos patrimoniais decorrentes desta atividade. Em relação ao programa Bolsa do Povo, cuja execução esteve sob responsabilidade da Prodesp até fevereiro de 2025, os recursos remanescentes foram integralmente devolvidos ao Governo do Estado.

6. Contas a receber de clientes

Os valores a receber estão representados por vendas e serviços prestados substancialmente a pessoas jurídicas de direto público em geral.



	30/06/2025	31/12/2024
Contas a receber	157.979	57.805
Contas a receber de partes relacionadas (Nota 26.1)	425.286	472.675
	583.265	530.480
Perda de crédito esperada	(78.437)	(69.847)
Total de contas a receber, liquidas	504.828	460.633

São classificados como partes relacionadas os clientes sob o controle do Poder Executivo do Estado de São Paulo, conforme apresentado na Nota 26 – Saldos e transações com partes relacionadas. Os clientes controlados pelos Poderes Legislativo e Judiciário do Estado de São Paulo, bem como dos demais entes federativos, inclusive os Poderes Executivos destes entes, são classificados em “Contas a receber”.

Valor por quantidade de dias vencidos (*Aging List*):

	30/06/2025	31/12/2024
A vencer	395.443	421.483
Vencidos:	187.822	108.997
De 1 a 30 dias	25.515	5.714
De 31 a 60 dias	17.383	13.634
De 61 a 90 dias	14.211	567
De 91 a 180 dias	56.350	1.030
De 181 a 365 dias	3.597	19.969
Maior que 365 dias	70.766	68.083
	583.265	530.480

Abaixo é demonstrada a movimentação da perda de crédito esperada:

	30/06/2025	31/12/2024
Saldo em 1º de janeiro	69.847	147.263
Perda de crédito esperada (Nota 22)	30.143	5.467
Reversão da perda de crédito esperada (Nota 22)	(21.553)	(82.883)
	78.437	69.847

7. Valores a receber e a pagar convênios

A Prodesp, empresa pública do Estado de São Paulo e entidade da administração pública indireta, foi qualificada como executora de programas governamentais financiados pelo Estado de São Paulo. Diante desta atribuição, recebe recursos para manutenção das atividades dos programas que não se caracterizam como acréscimos patrimoniais da Companhia. Os programas executados pela Prodesp, no período, são conforme seguem:

Poupatempo

Criado em 1997 pelo Decreto nº 41.761/97, o Programa Poupatempo possui como finalidade disponibilizar serviços e atendimento à população através de Postos de Serviços Atendimento inteiramente informatizados, objetivando concentrar em único espaço físico, a prestação de diversos serviços públicos, oferecendo ao cidadão, alto padrão de atendimento, com qualidade e eficiência.



O programa é referência nacional e internacional em inovação e qualidade na prestação de serviços públicos e a Prodesp, desde a inauguração, é a responsável pela implantação, instalação, operação e adequado funcionamento dos postos e gestão dos recursos financeiros repassados pela Secretaria de Gestão e Governo Digital (“SGGD”) por meio de convênio, com emissão de notas de débito para ressarcimento/reembolso de despesas referentes à contratação de apoio a execução do Programa.

Diante destas atribuições, considerando que tais transações não pressupõem benefício econômico que resulte no aumento de patrimônio líquido, os recursos financeiros recebidos não representam receitas da Prodesp, sendo controlados em contas patrimoniais do ativo e passivo com prestação de contas mensal à SGGD. Tendo em vista o processo como reembolso, não há incidência tributária.

Os saldos patrimoniais para execução do Programa Poupatempo foram os seguintes:

	30/06/2025	31/12/2024
Ativo		
Caixas e equivalentes (Nota 5)	203.856	128.638
Despesas operacionais convênios (a)	82.181	58.622
Total	286.037	187.260
Passivo		
Valores a pagar convênios	286.037	187.260
Total	286.037	187.260

(a) Despesas operacionais convênios – contrapartida aos valores de fornecedores a pagar Poupatempo, oriundos de despesas referentes à instalação, operação e adequado funcionamento dos postos.

Os valores correspondentes a “Valores a receber convênios” estão demonstrados ou descritos abaixo:

	30/06/2025	31/12/2024
Valores a pagar convênio Poupatempo (a)	82.181	58.622
Valores a pagar convênios (b)	203.856	128.638
Valores a pagar convênios	286.037	187.260

(a) Valores a pagar convênios - fornecedores Poupatempo: são registrados os valores a pagar referente à aquisição de bens e serviços do convênio;

(b) Valores a pagar convênios: são registrados neste grupo as contrapartidas aos saldos não utilizados das: (i) transferências de recursos efetuadas pela SGGD para manutenção do programa Poupatempo, (ii) das receitas de exploração comercial, e (iii) receitas de aplicação financeira não utilizados para custeio de despesas do Programa.

Contingências do Programa Poupatempo

Além dos gastos com gerenciamento do programa, existem processos trabalhistas e cíveis. Em caso de condenação, os pagamentos impostos serão de responsabilidade da SGGD, desta forma, a Prodesp não registra provisões para estas contingências.



As exposições do programa Poupatempo são conforme segue:

	30/06/2025	31/12/2024
Processos trabalhistas		
Prováveis	28.345	27.506
Possíveis	20.544	20.850
Remotas	349	437
Processos cíveis		
Prováveis	4.700	4.348
Possíveis	52.345	52.274
Remotas	4.081	-

7.1. Bolsa do Povo (Decreto estadual nº 65.812/21)

Com início em julho de 2021, o Programa Bolsa do Povo foi criado com o objetivo de concentrar a gestão de benefícios, ações e projetos, com ou sem transferência de renda, instituídos para atendimento de pessoas em situação de vulnerabilidade social no Estado de São Paulo.

Os recursos não transitavam no resultado da Prodesp, sendo registrados em contas patrimoniais do ativo e passivo com emissão de nota de débito conforme o plano de trabalho e prestação de contas mensal.

Os saldos patrimoniais para execução do Programa Bolsa do Povo em 31 de dezembro de 2024 eram os seguintes:

	31/12/2024
Ativo	
Caixas e equivalentes (Nota 5)	193.865
Total	193.865
Passivo	
Valores a pagar convênios	193.865
Total	193.865

Em virtude do encerramento do Convênio entre a Secretaria de Desenvolvimento Social-SEDS e a PRODESP (Convênio SEDS nº 01/2022 - Termo 10) em 31 de dezembro de 2024, os recursos financeiros não utilizados nas ações do Programa foram revertidos para a Fazenda do Estado de São Paulo no primeiro trimestre de 2025.



8. Tributos a recuperar

Os tributos a recuperar estão demonstrados pelos seus respectivos valores de recuperação e são compostos substancialmente por créditos tributários e encargos, atualizados periodicamente pela taxa Selic. A Prodesp recupera esses créditos por meio da compensação com outros débitos tributários a partir do momento em que são administrativamente habilitados para utilização.

	30/06/2025	31/12/2024
Imposto de renda	160.391	114.728
Contribuição social	619	256
Cofins	33.076	19.669
Pasep	7.377	4.453
INSS	-	140
Outros	142	136
	201.605	139.382
Circulante	182.492	125.940
Não circulante	19.113	13.442

Imposto de renda

O saldo de imposto de renda a recuperar refere-se, substancialmente, a créditos acumulados de Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) sobre o faturamento, totalizando R\$ 160.391 e R\$ 114.728, em 30 de junho de 2025 e 31 de dezembro de 2024, respectivamente.

No primeiro semestre do 2025, a Companhia apurou prejuízo fiscal, o que impossibilitou a compensação desses créditos como o IRPJ devido do período, resultando no aumento do saldo a recuperar.

O saldo elevado de IRRF decorre, principalmente, da composição da base de clientes da Companhia, formada majoritariamente por entes públicos, os quais retêm 4,8% de imposto de renda sobre os pagamentos realizados.

Com a decisão do Supremo Tribunal Federal que reconheceu a imunidade tributária da Prodesp (conforme descrito na Nota 16), a expectativa da Companhia é que passe a se beneficiar da não incidência do IRRF sobre suas receitas. Assim, estima-se que, uma vez implementados os efeitos da decisão, os clientes públicos deixem de realizar a retenção nas notas fiscais, o que deverá resultar em:

- Redução no volume de créditos tributários acumulados;
- Melhoria no fluxo de caixa, uma vez que os valores anteriormente retidos passam a ser recebidos integralmente no momento do pagamento; e
- Simplificação operacional no controle e na compensação desses créditos.

9. Despesas antecipadas

A Companhia classifica como despesas antecipadas as aquisições de serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) destinadas aos clientes e os pagamentos antecipados a título de SaaS realizados por meio de acordos operacionais com grandes empresas de tecnologia.



Os saldos dessas despesas são apresentados conforme segue:

	30/06/2025	31/12/2024
Fornecimento de licenças (a)	93.619	19.359
Segurança cibernética (<i>Cyber Security</i>) (b)	124.689	200.710
Licenças de alta plataforma (c)	25.555	51.110
Outros	763	-
	244.626	271.179
Circulante	234.084	241.663
Não circulante	10.542	29.516

- (a) Serviços de licenças de uso de *softwares* e sistemas de diversos fabricantes e fornecedores para os clientes Prodesp. Esse serviço também inclui serviços de instalação, configuração, atualização, manutenção e suporte desses *softwares* e sistemas;
- (b) Serviços que visam proteger os sistemas, as redes, os dados e as informações da Prodesp e de seus clientes contra-ataques cibernéticos, como vírus, *hackers*, *phishing*, *ransomware*, entre outros; e
- (c) Serviços de licenças de uso de *softwares* e sistemas específicos para a alta plataforma da Prodesp, que é composta por computadores de grande porte e alta performance (*mainframes*). Esses computadores são capazes de processar grandes volumes de dados e transações, com alta velocidade e segurança. Permitem que a Prodesp e seus clientes possam usar os *mainframes* de forma eficiente e confiável.

Acordos operacionais

Para obter as melhores tecnologias disponíveis no mercado, a Prodesp mantém acordos firmados com grandes empresas do mercado de tecnologia, obtendo descontos significativos e agilizando as contratações de licenças de uso, serviços de suporte e treinamentos técnicos dos programas de *software*. Em virtude desses acordos e das negociações de condições comerciais favoráveis, a Companhia, por vezes, antecipa pagamentos, gerando despesas antecipadas.

A Prodesp realiza investimentos continuamente, também, na segurança de seu Data Center, adotando ferramentas e processos para a prevenção, detecção e resposta a ameaças cibernéticas.



10. Ativos não circulantes mantidos para venda

Durante o exercício de 2023, como parte da busca contínua pela eficiência operacional e pela maximização dos recursos da Prodesp, a Administração reorganizou as estruturas físicas da Companhia migrando os postos de trabalho da unidade Mooca para a Sede, assim, decidiu encerrar as atividades operacionais e administrativas na unidade Mooca e, após aprovação do Conselho de Administração em reunião no dia 17 de novembro de 2023, iniciou os procedimentos para alienação do imóvel. A desocupação e venda do imóvel proporciona à Prodesp uma economia de R\$ 10 milhões por ano, que deixa de ser gastos na manutenção do conjunto imobiliário, além disto, evita gastos estimados em R\$ 70 milhões na estrutura predial, necessários devido a deterioração do prédio pelo tempo de uso.

A Prodesp espera recuperar o valor contábil do ativo por meio da alienação, desta forma, desocupou o prédio mantendo-o disponível para venda nas condições em que se encontra.

Em dezembro de 2023, após aprovação do Conselho de Administração e disponibilização do imóvel para alienação e em conformidade com o CPC 31 - Ativo não circulante mantido para venda e operação descontinuada, os processos de depreciação foram cessados e os saldos residuais reclassificados do ativo imobilizado para ativo não circulante mantido para venda no balanço patrimonial, conforme segue:

	30/06/2025	31/12/2024
Imobilizado		
Edifícios	2.994	2.994
Terrenos	2.884	2.884
Instalações	2.244	2.244
Outros ativos	1.732	1.732
	9.854	9.854

A Prodesp contratou avaliadores independentes para estimar o valor justo do imóvel da Mooca, após avaliação, constatou-se que os registros contábeis não estavam superavaliados, ou seja, os saldos residuais apurados estavam adequados para fins de apresentação no balanço patrimonial.

Impactos em 2025

Em 31 de julho de 2025, a Companhia firmou Instrumento Particular de Compromisso de Venda e Compra referente ao complexo imobiliário denominado “Imóvel Mooca”, localizado na Rua da Mooca, São Paulo – SP, com a empresa vencedora da Licitação Presencial nº 003/25.

Os efeitos contábeis da transação serão reconhecidos conforme a evolução do processo contratual, incluindo eventual baixa contábil do ativo mantido para venda e reconhecimento da receita de alienação, conforme o CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente.



11. Imobilizado

Os saldos patrimoniais e movimentações do imobilizado foram as seguintes:

a. Saldos patrimoniais

	Tx. anual de depreciação	30/06/2025			31/12/2024		
		Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Custo	Depreciação acumulada	Líquido
Máq. e equipamentos	20%	673.458	(545.020)	128.438	671.022	(515.308)	155.714
Instalações	10%	133.677	(108.515)	25.162	132.998	(105.326)	27.672
Móveis e utensílios	10%	60.884	(47.110)	13.774	59.374	(45.998)	13.376
Benfeitorias	4%	70.812	(66.473)	4.339	70.812	(66.177)	4.635
Terrenos	-	3.257	-	3.257	3.257	-	3.257
Edifícios	4%	48.346	(46.151)	2.195	46.632	(46.130)	502
Total		990.434	(813.269)	177.165	984.095	(778.939)	205.156

b. Movimentação

	31/12/2024	Aquisição	Baixas Transferências	Depreciação	Trans. para ativo mantido para venda	30/06/2025
Máq. e equipamentos	155.714	3.933	(1.499)	(29.710)	-	128.438
Instalações	27.672	680	-	(3.190)	-	25.162
Móveis e utensílios	13.376	1.551	(41)	(1.112)	-	13.774
Benfeitorias	4.635	-	-	(296)	-	4.339
Terrenos	3.257	-	-	-	-	3.257
Edifícios	502	1.715	-	(22)	-	2.195
Total	205.156	7.879	(1.540)	(34.330)	-	177.165

	31/12/2023	Aquisição	Baixas Transferências	Depreciação	Trans. para ativo mantido para venda	30/06/2024
Máq. e equipamentos	111.033	15.327	(12)	(28.581)	(16)	97.751
Instalações	19.603	1.668	-	(3.023)	-	18.248
Móveis e utensílios	16.936	969	(5)	(1.143)	(1.716)	15.041
Benfeitorias	5.239	-	-	(306)	-	4.933
Terrenos	3.257	-	-	-	-	3.257
Edifícios	528	-	-	(15)	-	513
Total	156.596	17.964	(17)	(33.068)	(1.732)	139.743

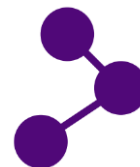
A Companhia não identificou indicadores ou evidências de desvalorização, bem como, alterações na vida útil dos ativos imobilizados em 30 de junho de 2025.

12. Intangível

Os saldos patrimoniais e movimentações do intangível foram as seguintes:

a. Saldos patrimoniais

	30/06/2025			31/12/2024		
	Custo	Amortização acumulada	Líquido	Custo	Amortização acumulada	Líquido
Software	980.714	(461.724)	518.990	712.426	(409.013)	303.413
Total	980.714	(461.724)	518.990	712.426	(409.013)	303.413



b. Movimentação

As amortizações são registradas de acordo com a vida útil de 2 a 5 anos.

	31/12/2024	Aquisições	Baixas/ Transferências	Amortização	30/06/2025
Software (a)	303.413	280.203	(11.916)	(52.710)	518.990
Total	303.413	280.203	(11.916)	(52.710)	518.990

	31/12/2023	Aquisições	Baixas Transferências	Amortização	30/06/2024
Software	104.863	24.004	(1.073)	(27.850)	99.944
Total	104.863	24.004	(1.073)	(27.850)	99.944

(a) As aquisições nessa rubrica devem-se à intensificação em 2025, dos esforços da Companhia em projetos estratégicos para seus clientes, como hiperautomação, cibersegurança e plataforma digitais e soluções SaaS. Essas iniciativas visam aprimorar a eficiência operacional e facilitar o acesso a serviços públicos digitais para cidadãos, órgãos governamentais e parceiros. Dentre os projetos com capitalização de intangível, destacam-se o Motor Biométrico, a Hiperautomação, o RH-Estruturante.

A Companhia não possui ativos intangíveis com vida útil indefinida, bem como não identificou indicativos ou evidências de desvalorização e alterações na vida útil dos seus ativos intangíveis em 30 de junho de 2025.

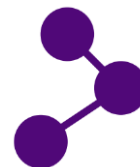
13. Fornecedores

A Prodesp registra em fornecedores valores a pagar decorrente de aquisições de bens e serviços. Os passivos registrados são apresentados conforme segue:

	30/06/2025	31/12/2024
Circulante	699.279	550.682
Não circulante	2.120	4.044
	701.399	554.726

14. Arrendamentos

Em dezembro de 2024, a Companhia celebrou um contrato de arrendamento para a aquisição de mainframe para modernização do Data Center, visando otimizar o fluxo de caixa associado à compra desses bens. A taxa de juros pactuada foi de CDI + 1,09% ao ano. Os pagamentos do contrato de arrendamento foram iniciados em 2025 e seguirão até dezembro de 2026. No primeiro semestre de 2025, foi realizado o pagamento no valor de R\$ 8.823.

**a. Saldos reconhecidos no balanço patrimonial**

O balanço patrimonial contém os seguintes saldos relacionados a arrendamentos:

	30/06/2025	31/12/2024
Ativo imobilizado		
Máquinas e equipamentos	36.660	40.733
Arrendamentos		
Circulante	21.030	21.671
Não circulante	13.200	19.062

b. Saldos reconhecidos na demonstração do resultado

O reconhecimento das despesas com arrendamentos teve início no primeiro trimestre de 2025. Até 30 de junho de 2025, totalizaram R\$ 2.319 mil em despesas financeiras e R\$ 4.073 mil em depreciação. Não houve impacto na demonstração do resultado do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024.

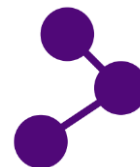
c. Informações adicionais

A Companhia utilizou a taxa de desconto definida no próprio contrato de arrendamento (CDI + 1,09% a.a.) para mensurar inicialmente os passivos de arrendamento. Essa taxa foi considerada devido às condições específicas negociadas com o arrendador. Diferentemente de situações em que é necessário estimar taxas de desconto com base em sondagens de mercado ou "spreads" de crédito, a taxa aplicada já reflete os termos e condições acordados com a contraparte.

A Companhia não possui outros arrendamentos de curto prazo ou de baixo valor.

15. Salários e encargos sociais

	30/06/2025	31/12/2024
Férias	49.837	51.329
Programa de participação nos resultados (PPR)	11.524	22.161
INSS	8.736	8.424
13º salário	15.347	-
FGTS	1.740	2.367
	87.184	84.281



16. Obrigações fiscais

	30/06/2025	31/12/2024
Cofins diferido (a)	24.603	13.526
Cofins a pagar	18.554	14.810
ISS	6.155	11.299
Pasep diferido (a)	5.341	2.936
INSS retido na fonte	9.796	4.760
IRRF	6.465	10.576
Pasep a pagar	4.146	3.207
CSLL	-	4.867
Outros tributos	2.871	1.815
	77.931	67.796

(a) A Prodesp em conformidade com a Lei nº 10.833/03, passou a postergar (diferir) o pagamento de Pasep e Cofins incidentes sobre receitas auferidas contra pessoa jurídica de direito público, com isto, o recolhimento do Pasep e Cofins passa a ser exigido no recebimento.

Imunidade recíproca

Em 17 de fevereiro de 2025, o Supremo Tribunal Federal ("STF"), no julgamento da Ação Cível Originária nº 3.664/SP, reconheceu o direito da Prodesp à imunidade tributária recíproca prevista no artigo 150, inciso VI, alínea "a", da Constituição Federal. O STF entendeu que a Prodesp atende aos requisitos constitucionais para proveito da imunidade, por prestar serviços típicos do Estado.

O trânsito em julgado da decisão ocorreu em 09 de maio de 2025.

Dentre os efeitos potenciais da decisão, destacam-se:

- Não incidência do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) sobre o lucro da Companhia;
- Possibilidade de recuperação de tributos pagos indevidamente nos últimos cinco anos, incluindo IRPJ, IOF e IRRF.

A decisão não gerou efeitos contábeis nas Demonstrações Financeiras do primeiro semestre de 2025. A Administração está avaliando os potenciais impactos econômicos e contábeis decorrentes, os quais serão reconhecidos oportunamente, em conformidade com os pronunciamentos contábeis aplicáveis.



17. Provisão para contingências

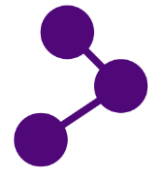
Com base na análise individual dos processos ajuizados contra a Companhia e suportadas por opinião de seus assessores jurídicos, foram constituídas provisões de naturezas trabalhistas e cíveis no passivo não circulante, para riscos com perdas consideradas prováveis. As estimativas utilizadas para constituição das provisões para contingências podem variar em relação aos valores a serem desembolsados em caso de desfecho desfavorável das discussões judiciais em andamento. A Administração da Companhia, fundamentada na opinião de seus assessores jurídicos, estima que o efetivo desembolso das referidas provisões para riscos trabalhistas e cíveis ocorrerá em até 5 anos, sendo certo de que o andamento processual depende de fatores externos, fora do controle da Companhia.

	31/12/2024	Adições	Baixas/ Reversões	Atualização monetária	30/06/2025
Trabalhistas	33.242	4.111	(667)	3.135	39.821
Cíveis	7.897	36	(3)	302	8.232
Total	41.139	4.147	(670)	3.437	48.053

	31/12/2023	Adições	Baixas/ Reversões	Atualização monetária	30/06/2024
Trabalhistas	23.208	2.593	(2.141)	-	23.660
Cíveis	14.387	1.428	(1.055)	682	15.442
Total	37.595	4.021	(3.196)	682	39.102

Processos trabalhistas

As ações trabalhistas quando iniciadas são consideradas com probabilidade de perda possível. Foram criados critérios de provisionamento dos processos conforme a fase (processo novo, decisões de mérito e execução), as ações são reclassificadas com probabilidade de perda provável, possível ou remota, dependendo do teor da decisão e considerando o histórico de perdas em ações similares. As ações trabalhistas propostas por empregados atuais e desligados da Prodesp, bem como de suas prestadoras de serviços, correspondem à discussão de inúmeras verbas, tais como: diferenças salariais e de horas extras; equiparação salarial; reintegração; plano de saúde; doença ocupacional, multas normativas; e benefícios previstos em convenções coletivas, dentre outras.



Passivos contingentes cuja probabilidade de perda é avaliada como possível

A Companhia possui contingências judiciais cuja expectativa de perda, avaliada pela Administração da Companhia e suportada pelos assessores jurídicos, está classificada como possível e, portanto, nenhuma provisão foi constituída. Em 30 de junho de 2025, as contingências classificadas com probabilidade de perda possível, totalizaram R\$ 195.885 (R\$ 185.018 em 31 de dezembro de 2024).

	30/06/2025	31/12/2024
Trabalhistas	60.819	59.955
Cíveis e tributárias	135.066	125.063
	195.885	185.018

18. Patrimônio líquido

18.1. Capital social

O capital social da Companhia, totalmente integralizado, é de R\$ 744.841 em 30 de junho de 2025 e em 31 de dezembro de 2024).

Em 23 de abril de 2024, foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária, o aumento do valor do capital social em R\$ 76.609.

Em 2 de julho de 2024, a Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (Sabesp) doou para a Prodesp 14 ações ordinárias, com um valor patrimonial de R\$ 890,73 (oitocentos e noventa reais e setenta e três centavos) em 31 de dezembro de 2023, em decorrência de seu processo de privatização. As ações foram registradas no livro de transferências da Prodesp como ações em tesouraria.

Em 30 de junho de 2025, a posição acionária da Companhia é composta conforme segue:

Acionista	Quantidade de ações	Percentual de participação
Acionista controlador	12.410.805	99,74%
Estado de São Paulo	12.410.805	99,74%
Acionistas minoritários	32.378	0,26%
São Paulo Previdência (SPPREV)	32.363	0,26%
Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (Cetesb)	14	0,00%
Companhia de Entrepósitos e Armazéns Gerais de São Paulo (Ceagesp)	1	0,00%
Ações em tesouraria	38	0,00%
	12.443.221	100,00%



18.2. Reserva legal

Consiste na razão de 5% do lucro líquido apurado no exercício até o limite de 20% do capital social e a Companhia poderá deixar de constituir a reserva legal no exercício em que o saldo dessa reserva acrescido do montante das reservas de capital exceder de 30% do capital social, nos termos do artigo 193 caput e § 1º da Lei Federal nº 6.404/76. Essa reserva poderá ser utilizada para aumento de capital ou compensar prejuízos, porém não poderá ser utilizada para distribuição de dividendos.

O saldo da reserva legal é de R\$ 15.784 em 30 de junho de 2025 e em 31 de dezembro de 2024.

18.3. Dividendos e juros sobre capital próprio

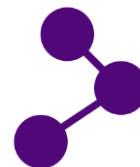
Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, de 23 de abril de 2025, foi aprovada a distribuição de lucros do exercício 2024 no montante de R\$ 24.049 na forma de juros sobre capital próprio ("JCP").

O item 5 da Política de Dividendos, disponível no site da Prodesp, bem como, o artigo 45 do Estatuto Social da Companhia, prevê a distribuição de dividendo mínimo obrigatório correspondente a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, após as deduções determinadas ou admitidas em lei.

A Prodesp prioriza a distribuição de lucros sob a forma de juros sobre capital próprio para utilização de benefício fiscal, conforme artigo 9º da Lei Federal nº 9.249/95. Os JCP são pagos após deliberação em Assembleia Geral Ordinária. Em 2025, não houve o reconhecimento de juros sobre capital próprio devido ao prejuízo acumulado pela Companhia. A movimentação das distribuições de lucros ocorridas em 2025 é conforme segue:

	30/06/2025	31/12/2024
Saldo em 1º de janeiro	24.049	41.637
Distribuições propostas		
Juros sobre o capital próprio	-	24.049
Lucros distribuídos		
(-) JCP e dividendos pagos de exercício anterior	(24.049)	(41.637)
	-	24.049

A legislação fiscal permite que as companhias procedam o pagamento de juros sobre o capital próprio, dentro de certos limites, aos acionistas e tratando-os como despesa dedutível para fins de apuração do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro. Desta forma, em 2024, os tributos foram reduzidos em R\$ 8.177.



19. Receita operacional líquida

Prestação de serviços substancialmente para os clientes da Administração Direta e Indireta. Evidenciados abaixo pela receita bruta e suas respectivas deduções para apuração da receita líquida apresentada na demonstração de resultado da Companhia:

	Trimestre findo em 30 de junho		Semestre findo em 30 de junho	
	2025	2024	2025	2024
Receitas				
Desenvolvimento e manutenção de <i>software</i>	221.320	169.893	423.546	321.137
Cibersegurança e hiperautomação (a)	227.120	-	393.883	-
<i>Outsourcing</i> TIC	106.800	86.255	209.786	181.159
Processamento de dados de alta plataforma	64.201	46.794	121.938	96.114
<i>Multicloud</i>	50.954	189.133	99.062	346.716
Outras receitas	31.948	29.839	67.370	60.238
Serviços de postagem	21.737	25.135	47.150	50.987
Diário Oficial	21.143	27.017	40.595	51.416
Digitalização de documentos	6.197	7.667	15.232	15.974
	751.420	581.733	1.418.562	1.123.741
Deduções				
Cofins	(56.064)	(42.639)	(106.697)	(82.445)
Pasep	(12.171)	(9.257)	(23.164)	(17.899)
ISS	(14.829)	(11.698)	(28.118)	(22.870)
Descontos	(11.627)	(11.472)	(24.692)	(25.286)
	(94.691)	(75.066)	(182.671)	(148.500)
	656.729	506.667	1.235.891	975.241

(a) O aumento nessa rubrica, em relação a 2024, quando não houve movimentação, deve-se à intensificação, em 2025, dos esforços da Companhia em projetos estratégicos para seus clientes, como automação de processos, cibersegurança e gestão integrada de serviços públicos.

20. Custo dos serviços prestados

	Trimestre findo em 30 de junho		Semestre findo em 30 de junho	
	2025	2024	2025	2024
Atualização e subscrição de software	(214.988)	(173.572)	(434.214)	(386.204)
Serviços de terceiros e desenvolvedores	(168.403)	(195.529)	(361.945)	(390.991)
Custos com pessoal				
Salários	(49.502)	(47.933)	(95.992)	(94.434)
Encargos sociais	(30.688)	(30.710)	(63.524)	(63.224)
Benefícios e outros	(17.473)	(23.829)	(36.240)	(40.776)
Depreciação e amortização	(41.966)	(25.171)	(80.537)	(52.732)
Locação e manutenção de equipamentos	(6.063)	(3.312)	(12.654)	(6.127)
Outros custos	(2.543)	(2.075)	(3.948)	(3.426)
	(531.626)	(502.131)	(1.089.054)	(1.037.914)



21. Despesas com vendas, gerais e administrativas

	Trimestre findo em 30 de junho		Semestre findo em 30 de junho	
	2025	2024	2025	2024
Despesas com pessoal				
Salários	(23.254)	(20.982)	(45.331)	(40.794)
Encargos sociais	(13.083)	(12.554)	(27.832)	(25.889)
Benefícios e outros	(10.200)	(9.477)	(20.605)	(17.809)
Serviços de terceiros	(9.245)	(5.268)	(17.816)	(9.381)
Depreciação e amortização	(1.977)	(1.834)	(3.711)	(3.177)
Licenças de <i>software</i>	(929)	(443)	(1.591)	(1.483)
Outras despesas	(3.076)	(3.904)	(7.030)	(7.696)
	(61.764)	(54.462)	(123.916)	(106.229)

22. Outras receitas operacionais, líquidas

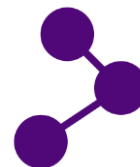
A Prodesp registra no grupo de outras receitas (despesas) operacionais líquidas os ganhos ou perdas de transações que não constituam as atividades ordinárias da Companhia, ou seja, engloba os resultados das atividades acessórias do objeto de atividade da Prodesp e é composto conforme segue

	Trimestre findo em 30 de junho		Semestre findo em 30 de junho	
	2025	2024	2025	2024
Reversão/(Constituição) para perda de crédito esperada (a)	(23.275)	38.295	(8.590)	64.898
Outras receitas (despesas) operacionais	(9.213)	(1.307)	(9.637)	(2.687)
	(32.488)	36.988	(18.227)	62.211

(a) O resultado de primeiro semestre de 2025 refere-se à constituição da perda de crédito esperada de títulos faturados em 2024, em função da expectativa de inadimplência.

23. Resultado financeiro líquido

	Trimestre findo em 30 de junho		Semestre findo em 30 de junho	
	2025	2024	2025	2024
Rendimento de aplicação financeira	3.699	4.463	8.635	9.170
Receita de juros e correção monetária	208	1.385	579	8.668
Variações monetárias ativas	-	-	-	-
	3.907	5.848	9.214	17.838
Variações monetárias passivas sobre contingências	(1.550)	(552)	(3.436)	(740)
Juros	(1.073)	(1)	(2.383)	(5)
	(2.623)	(553)	(5.819)	(745)
	1.284	5.295	3.395	17.093



24. Imposto de renda e contribuição social

24.1. Reconciliação do efeito de imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro

Os valores registrados como despesa de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido nas demonstrações financeiras estão constituídos sobre o lucro tributável de acordo com legislação vigente, sendo calculados com base nas alíquotas nominais de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social sobre o lucro líquido.

	Trimestre findo em 30 de junho		Semestre findo em 30 de junho	
	2025	2025	2025	2024
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	32.126	(7.660)	8.080	(89.965)
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas nominais (34%)	(10.923)	2.604	(2.747)	30.588
Efeitos de benefícios fiscais				
Diferenças permanentes:				
Despesas indedutíveis	111	(558)	(598)	(1.153)
Reversão de provisões indedutíveis	(7.913)	-	(2.920)	-
Outras	1.810	(53)	722	-
Imposto de renda e contribuição social	(16.915)	1.993	(5.543)	29.435
Imposto de renda e contribuição social correntes	-	-	-	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(16.915)	1.993	(5.543)	29.435
	(16.915)	1.993	(5.543)	29.435
Alíquota efetiva	52,65%	26,02%	68,60%	32,72%

24.2. Composição e movimentação do ativo de imposto de renda e contribuição social diferidos

Os ativos fiscais diferidos cuja dedutibilidade seja provável são reconhecidos com relação às diferenças tributáveis, ou seja, diferenças que resultarão em valores a serem excluídos no cálculo do resultado tributável do imposto de renda e da contribuição social de exercícios futuros, quando o valor do ativo for recuperado. Os impostos foram constituídos considerando as alíquotas vigentes e são compostos conforme segue:

	31/12/2024	Demonstração do resultado	Convênios	30/06/2025
Provisão para desvalorização de investimentos	964	-	-	964
Provisão para pagamento de participação nos lucros	7.535	(3.611)	-	3.924
Contingências	13.987	2.374	-	16.361
Receita reconhecida CPC 47 (a)	-	(39.347)	-	(39.347)
Prejuízo fiscal e base de cálculo negativa	-	36.115	(7.737)	28.378
Outros	2.501	(1.074)	-	1.427
Ativo fiscal diferido	24.987	(5.543)	(7.737)	11.707

- (a) A Prodesp reconhece suas receitas com base no valor que espera receber em contrapartida pelos serviços prestados e registra tributos diferidos sobre a diferença entre a receita calculada de acordo com a legislação tributária e a receita mensurada conforme as diretrizes do CPC 47.



	31/12/2023	Demonstração do resultado	Convênios	30/06/2024
Perda de crédito esperada	50.069	(22.432)	-	27.637
Provisão para desvalorização de investimentos	964	-	-	964
Provisão para pagamento de participação nos lucros	6.076	(2.047)	-	4.029
Contingências trabalhistas	12.782	512	-	13.294
Perda no recebimento de outros ativos	1.427	-	-	1.427
Receita reconhecida CPC 47	-	(38.134)	-	(38.134)
Prejuízo fiscal e base de cálculo negativa	-	91.536	(10.283)	81.253
Ativo fiscal diferido	71.318	29.435	(10.283)	90.470

25. Lucro por ação

O cálculo do lucro por ação básico é feito por meio da divisão do lucro líquido do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias da Prodesp, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício.

O total de ações da Companhia é de 12.443.221 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal totalmente integralizadas (Nota 18.1).

A Prodesp não possui itens com efeitos potenciais de conversões de instrumentos ou direitos em ações que possam alterar a remuneração por ações dos atuais detentores, assim, o resultado diluído por ação é o mesmo do resultado básico por ação. O quadro a seguir apresenta os dados de resultado e ações utilizados no cálculo dos lucros por ação básico e diluído:

	Trimestre findo em 30 de junho		Semestre findo em 30 de junho	
	2025	2024	2025	2024
Lucro (prejuízo) líquido do período	15.211	(5.667)	2.537	(60.530)
Média ponderada da quantidade de ações	12.443.221	12.443.221	12.443.221	12.443.221
Lucro (prejuízo) básico e diluído por lote de mil de ações	1,22	(0,46)	0,20	(4,86)

26. Saldos e transações com partes relacionadas

A Companhia participa de transações com seu acionista controlador, a Secretaria da Fazenda e Planejamento do Estado de São Paulo, e empresas/entidades a ele relacionadas, conforme item 2 da sua Política de Transações com Partes Relacionadas, em conformidade com inciso VII, artigo 8º, da Lei Federal nº 13.303/16.



26.1. Saldos a receber e a pagar

Os saldos a receber, decorrentes de transações com partes relacionadas, estão registrados nas rubricas “Contas a receber de clientes” e “Valores a receber convênios” do balanço patrimonial e nas Notas 6 e 7 deste documento.

	30/06/2025	31/12/2024
Administração direta	334.346	377.398
Administração indireta	90.940	95.277
Contas a receber de partes relacionadas (Nota 6)	425.286	472.675
Perda de crédito esperada	(73.179)	(64.554)
Contas a receber de partes relacionadas, líquidas	352.107	408.121
Valores a receber convênios - Poupatempo (Nota 7.1)	82.181	58.622
Saldo a receber de partes relacionadas	434.288	466.743
Valores a pagar convênios - Poupatempo (Nota 7.1)	203.856	128.638
Valores a pagar convênios - Bolsa do Povo (Nota 7.2)	-	193.865
Saldo a pagar para partes relacionadas	203.856	322.503

26.2. Serviços prestados para partes relacionadas

	Semestre findo em 30 de junho	
	2025	2024
Administração direta	813.078	649.899
Administração indireta	151.263	90.701
	964.341	740.600

26.3. Contrato de cessão de pessoal

A Companhia possui contratos de cessão de empregados com entidades ligadas ao Governo do Estado de São Paulo, registrados na rubrica “Outros ativos circulantes” do balanço patrimonial, sendo que os gastos são integralmente repassados e reembolsados monetariamente.

A composição dos valores pendentes de recebimento referente a funcionários cedidos está demonstrada abaixo:

	Semestre findo em 30 de junho	
	2025	2024
Secretaria da Fazenda e Planejamento	74	69
Secretaria de Governo e Relações Institucionais	49	23
Secretaria Gestão e Governo Digital	139	33
Casa Civil	35	42
Município de São Vicente	19	17
	316	184

**26.4. Remuneração da administração**

A política de remuneração dos administradores é estabelecida de acordo com diretrizes do Governo do Estado de São Paulo, por meio das deliberações Conselho de Defesa dos Capitais do Estado (CODEC) nº 001/2024, e baseada no desempenho e competitividade de mercado, relacionados ao negócio da Companhia estando sujeita à aprovação dos acionistas na Assembleia Geral Ordinária.

Os gastos relacionados à remuneração dos membros da Diretoria Executiva, do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Comitê de Auditoria, com os montantes de 30 de junho de 2025 e 2024 registrados na rubrica “Salários”, foram de R\$ 3.545 e R\$ 2.411, conforme demonstrado abaixo:

	Semestre findo em 30 de junho	
	2025	2024
Conselho de Administração	563	596
Diretoria Executiva	2.304	1.275
Conselho Fiscal	194	200
Comitê de Auditoria Estatutária	484	340
Total	3.545	2.411

Os números de membros dos colegiados nos períodos, eram:

	Semestre findo em 30 de junho	
	2025	2024
Conselho de Administração	11	11
Diretoria Executiva	7	6
Conselho Fiscal	5	5
Comitê de Auditoria Estatutária	5	4
Total	28	26

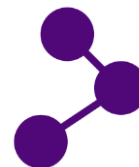
Conforme estatuto da Companhia integrará o Conselho de Administração o Diretor-Presidente, além de um membro do Comitê de Auditoria de órgão técnico que deverá optar neste caso, por uma das remunerações.

26.5. Juros sobre capital próprio

Os saldos a pagar de Juros Sobre Capital Próprio estão registrados na rubrica “Juros sobre o capital próprio” do balanço patrimonial e detalhados na Nota 18.3.

27. Cobertura de seguros

A Prodesp tem a política de contratar coberturas de seguros nos montantes considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros.



As coberturas de seguros são conforme segue:

Ramo	Tipo de cobertura	30/06/2025	31/12/2024
Riscos nomeados	Empresarial/Incêndio/Roubo	616.215	616.215
Seguro de vida	Vida empresarial	110.013	110.013
D&O - Directors and Officers	Responsabilidade civil	30.000	30.000
E&O – Certificados	Responsabilidade civil	1.650	1.650
Veículos e outros	Veículos e transportes	1.200	1.150
		759.078	759.028

28. Relacionamento com auditoria externa

A Prodesp possui um contrato de auditoria externa com a BDO RCS Auditores Independentes, empresa que examina e emite opinião sobre as Demonstrações Financeiras da Companhia, de acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade e os Padrões Internacionais de Relatório Financeiro (*IFRS*). Este contrato abrange a auditoria dos exercícios de 2024, 2025 e 2026, assegurando continuidade e profundidade nas análises e revisões.

A Prodesp também mantém uma relação transparente e ética com os auditores independentes, fornecendo todas as informações e documentos necessários para a realização dos trabalhos de auditoria, bem como atendendo às recomendações e às sugestões de melhoria apresentadas pelos auditores. A Prodesp reconhece a importância da independência dos auditores independentes para a credibilidade e a confiabilidade das Demonstrações Financeiras da Companhia, bem como para a proteção dos interesses dos acionistas, dos credores e da sociedade em geral. A empresa de auditoria externa não realizou serviços de consultoria.

29. Eventos subsequentes

Em 31 de julho de 2025, foi formalizado o Instrumento Particular de Compromisso de Venda e Compra entre a Prodesp e a empresa vencedora da Licitação Presencial (Disputa Fechada) nº 003/25, cujo objeto foi a alienação dos imóveis que compõem o complexo denominado “Imóvel Mooca”, localizado na Rua da Mooca, São Paulo – SP.

A transmissão da posse está condicionada ao pagamento integral ou à apresentação de fiança bancária, conforme previsto contratualmente. A lavratura da escritura definitiva ocorrerá em até 60 dias após a quitação ou formalização da garantia.

A proposta vencedora contempla pagamento parcelado, composto por entrada, duas parcelas intermediárias e 48 parcelas mensais, estas corrigidas monetariamente pela variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA.



O contrato será considerado irrevogável e irretratável após 120 dias da homologação do certame, período no qual a compradora poderá realizar análises documentais e apontar eventuais pendências ou irregularidades que possam impactar os termos da transação.

Este evento subsequente não gerou impactos nas demonstrações financeiras encerradas em 30 de junho de 2025. No entanto, a partir da transferência do controle do ativo, em conformidade com as regras do CPC 27 – Ativo Imobilizado, a operação poderá gerar efeitos relevantes nos períodos seguintes, especialmente relacionados à baixa do ativo imobilizado e ao reconhecimento da receita de alienação, que será determinada nos termos dos itens 47 a 72 do CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente.

30. Aprovação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras, as quais contemplam os eventos subsequentes ocorridos após 30 de junho de 2025, têm sua aprovação pelo Conselho de Administração conforme ata de reunião realizada no dia 29 de agosto de 2025.

assinado digitalmente por
GLAUBER ALEIXO FREDIANI
Gerente de Controladoria

assinado digitalmente por
MATHEUS ROMUALDO DE JESUS
Contador CRC n.º SP-328640/O-4



Sua conexão com o futuro.